

## **Vocabulário e prosa em língua suaíli como recursos didáticos no ensino de história da África Oriental pré-colonial**

Swahili prose and vocabulary as didactic resources for teaching pre-  
colonial East African history

*Felipe Barradas Correia Castro Bastos*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto de História da África da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [felipebccbastos@gmail.com](mailto:felipebccbastos@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2790-3571>.

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo principal apresentar o potencial de fontes históricas redigidas em língua suaíli com o uso do alfabeto latino para o ensino da história da África Oriental pré-colonial. Parte-se de uma introdução sobre a história da língua suaíli e suas variantes faladas na costa oriental africana em meados do segundo milênio da era cristã para situar, na sequência, como a intensificação da presença de sujeitos europeus, nas últimas três décadas do século XIX, conduziu ao registro de relatos suaílis no alfabeto latino. Após a apreciação dos contextos em que ocorreram tais registros, analisam-se dois exemplos de contos suaílis que se prestam à compreensão pormenorizada de fenômenos históricos relativos ao período pré-colonial, nomeadamente a expansão do islã, a formação de sociedades suaílis e do comércio de escravizados na costa oriental africana oitocentista.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da África; África Oriental; Língua suaíli; Fontes Históricas; Comércio de escravizados.

## ABSTRACT

This paper discusses the potential of historical sources written in Swahili using the Latin alphabet for teaching the history of pre-colonial East Africa. It begins with an introduction to the history of the Swahili language and its variants spoken on the East African coast since the early modern era, in order to contextualize how, subsequently, the intensification of the presence of European subjects in the last three decades of the nineteenth century led to the recording of Swahili accounts in the Latin alphabet. After considering the contexts in which these records were produced, the article analyzes two examples of Swahili tales that lend themselves to a detailed understanding of historical phenomena related to the pre-colonial period, namely the expansion of Islam, the formation of Swahili societies, and the slave trade on the nineteenth-century East African coast.

**KEYWORDS:** African History; East Africa; Swahili Language; Historical Sources; Slave Trade.

## Introdução

O idioma suaíli consiste na língua bantu com o maior número de falantes no mundo, sendo utilizada em diferentes graus de fluência por aproximadamente cem milhões de pessoas em vários países da África Oriental e Centro-Oriental (ROY, 2013, p. 46; MAZRUI, 2022). Do ponto de vista histórico, as comunidades africanas que têm utilizado línguas aparentadas ao atual suaíli padrão estiveram predominantemente concentradas em zonas costeiras da África banhada pelo Oceano Índico até a primeira metade do século XIX, ocasião em que transformações na natureza das relações entre tais zonas e as sociedades situadas no interior do continente africano se aprofundaram em decorrência da intensificação do comércio global de commodities e do uso de mão-de-obra escravizada.

Este artigo tem o objetivo de explorar recursos didáticos para a abordagem dessas transformações enquanto fenômenos históricos de grande relevância e diretamente relacionados à própria composição da população brasileira desde meados dos oitocentos (WISSENBACH, 2024). Após uma breve contextualização acerca do surgimento e posterior difusão da língua suaíli continente-adentro, o artigo dá enfoque a dois conjuntos de ferramentas que podem ser utilizadas em sala de aula no exercício do magistério da disciplina de História em nível secundário e superior. Respectivamente, trata-se de empregar, num primeiro momento deste texto, a existência de estrangeirismos de origem lusófona na língua suaíli contemporânea para despertar o interesse dos estudantes acerca das múltiplas facetas do entrelaçamento histórico ocorrido entre a África e o Brasil. Na sequência, lanço mão de fontes históricas redigidas na própria língua suaíli para aprofundar discussões sobre as dinâmicas históricas da África Oriental pré-colonial com acadêmicos e acadêmicas de cursos de graduação em história no país. Tomadas em conjunto,

ambas as ferramentas visam contribuir com a superação de limitações existentes na pesquisa e no ensino de história da África no Brasil no uso de fontes redigidas em línguas africanas (BASTOS, 2018b).

O texto está dividido em duas partes. Na primeira, abordo as principais tendências historiográficas recentes acerca da consolidação de centros urbanos africanos na costa índica com ênfase em aspectos sociolinguísticos relativos à diversidade de línguas “costeiras” africanas. De se notar que daí provém a própria palavra *suaíli*, isto é, um termo de origem árabe [*Sawahil*] referente ao campo semântico de “costa/costeiro” (ALLEN, 1974, p. 135; MUGANE, 2015, p. 23). Nesta parte considero também o surgimento e permanência de estrangeirismos – isto é, vocábulos utilizados em dado vernáculo, mas cuja origem provém de línguas estrangeiras – na própria língua suaíli, apontando à realização de experiências pedagógicas bem-sucedidas pautadas no uso de palavras oriundas da língua portuguesa no vocabulário suaíli moderno para o ensino de história da África.

Por sua vez, a segunda parte do texto retoma o delineamento sobre a expansão continental da língua suaíli ocorrida no século XIX para enfocar como o robustecimento da escravização na África Oriental, particularmente pronunciado ao longo dos oitocentos, foi acompanhado de mudanças profundas no seio das sociedades suaílis. Indico, por fim, como fontes coletadas por missionários britânicos em Zanzibar e por linguistas alemães na atual costa tanzaniana redigidas sob a forma de prosa nos abrem caminhos interpretativos proveitosos para abordar elementos conceituais de grande importância em disciplinas de História da África a nível de graduação. Apesar de algumas delas terem sido coletadas num período já considerado pertencente à era colonial, argumento que essas fontes podem ser efetivamente questionadas para elucidar fenômenos históricos relativos ao período pré-colonial, para além de estarem dentre os primeiros registros escritos na língua suaíli latinizada – fator

especialmente relevante por possibilitar sua leitura por pesquisadores e professores inaptos à leitura da grafia árabe ou *ajami*, como conceituado na seção abaixo.

## Idiomas e sociedades suaílis na Idade Moderna

A existência de sociedades africanas localizadas na região banhada pelo oceano índico entre Mogadíscio e o atual Moçambique setentrional remonta a muitos séculos antes do estabelecimento da ocupação efetiva de territórios coloniais europeus na África. A primeira utilização de que se tem notícia da palavra “suaíli” foi encontrada nos escritos do viajante marroquino Ibn Battuta,<sup>2</sup> que teria visitado a costa oriental da África no ano de 1331 d.C. e descrito como as cidades litorâneas de Quíloa e Mombaça se localizavam no “país dos ‘Sawahil’” (MUGANE, 2015, p. 23). Até meados do século XIX, tais sociedades suaílis eram compostas predominantemente por centros urbanos litorâneos e suas imediações continentais, bem como compartilhavam inúmeros traços culturais pertencentes tanto ao chamado “mundo do oceano índico” quanto às sociedades africanas situadas continente-adentro.

Em termos sociolinguísticos, deve-se ressaltar, por sua vez, a grande diversidade dialetal existente entre as cidades suaílis. Nas palavras de um missionário britânico radicado em Zanzibar na década de 1870, “quase toda cidade suaíli tem alguma diferença na sua fala, e até os vários bairros da cidade de Zanzibar têm suas variedades” (STEERE, 1870a, p. x).<sup>3</sup> Essa diversidade diz

---

<sup>2</sup> É importante considerar que a autenticidade dos relatos de Ibn Battuta enquanto testemunha ocular tem sido questionada por historiadores, haja vista a grande similaridade entre várias de suas descrições com outras obras que lhe eram contemporâneas. Para essas críticas, vide o posfácio de Ralf Elger à mais recente edição alemã dos escritos de Battuta (2010, p. 216–240).

<sup>3</sup> Para a expediência narrativa deste texto, todas as citações oriundas de língua estrangeira foram traduzidas pelo autor à língua portuguesa.

respeito ao plurilinguismo inerente às comunidades suaílis desde tempos imemoriais e à presença de numerosas comunidades mercantis com membros oriundos da península arábica, de portos do golfo pérsico, somalis, guzerates, e a partir do século XVI, portugueses e muitos outros (KRESSE & VIERKE, 2022).

Ao passo que a posterior percepção de colonizadores europeus no final do século XIX interpretou tal diversidade, de um lado, e o apreço dos habitantes da costa pelo islã, de outro, como supostas evidências da presença “redentora” de qualidades civilizacionais do “oriente” no continente africano, a língua suaíli não pode ser entendida como uma língua “mista” ou, ainda, como produto abastardado das relações entre muçulmanos provenientes de várias regiões do oceano Índico e africanos. Evidências linguísticas, arqueológicas e etnológicas empregadas na reconstrução da história da língua suaíli são inequívocas quanto à origem africana e à predominância bantu das sociedades suaílis (POUWELLS, 1992; PAWLOWICZ & LAVIOLETTE, 2013; ALPERS, 2014).

Porém, durante a maior parte de sua existência cronológica a língua suaíli permaneceu largamente restrita à região costeira até o início do século XIX, não se encontrando, portanto, um número significativo de falantes de suaíli no interior da África Oriental antes das transformações que marcaram o período dos oitocentos (MAZRUI, 2022). No esteio da imensa expansão comercial alimentada pelo surgimento de países industrializados e da crescente massificação do consumo de commodities tropicais no Ocidente, o estabelecimento do potentado omani na ilha de Zanzibar e o subsequente recrudescimento de plantações na costa oriental africana manejadas por africanos escravizados culminaram na expansão do comércio caravaneiro rumo ao interior do continente africano. Num período que tem sido referido na historiografia como a “era da migração intra-africana” (HAAS & FRANKEMA, 2022), esse período foi marcado pelo apresamento de escravizados e por movimentos populacionais em direção a zonas produtoras de bens

comercializados a distâncias cada vez maiores ao longo de cadeias de produção e consumo globais. Nesse sentido, a língua suaíli outrora falada em porções territoriais restritas ao litoral índico acompanhou a crescente penetração de caravanas conduzidas a partir da costa para se tornar, com efeito, uma língua franca na África Oriental.

O contexto socialmente calamitoso criado por esse fenômeno a inúmeras comunidades do interior da África Oriental será mais propriamente abordado na seção a seguir. Por ora, convém assinalar que a expansão continental da língua suaíli acompanhou um processo de agudização das consequências do apresamento e comércio de pessoas escravizadas num cenário que só é propriamente compreensível com referência à proliferação do sofrimento e violência causados pelo “movimento pendular entre terror e proteção” adotado pelas comunidades afetadas pela ampliação das redes caravaneiras de comercialização de escravizados, marfins e outros bens (WISSENBACH, 2021, p. 146).

A partir da década de 1860, a chegada do ímpeto caravaneiro à margem ocidental do lago Tanganyika foi acompanhada da criação de centros comerciais manejados por comerciantes ditos “árabo-suaílis” e comorianos no interior da África Central. A atuação desses comerciantes e de seus agentes legou diversos manuscritos redigidos na língua suaíli falada em Zanzibar – *Kiunguja*, ou “zanzibarês” numa acepção literal derivada do nome da principal ilha do arquipélago de Zanzibar [*Unguja*] – em grafia árabe (LUFFIN, 2017). Posteriormente, a língua suaíli falada na região oriental do Congo foi empregada e manipulada em diversas funções administrativas pelos colonizadores belgas (FABIAN, 1986).

Também durante a segunda metade do século XIX, centenas de registros redigidos em língua suaíli foram produzidos pelas populações do litoral norte de Moçambique cujo conteúdo diz respeito ao cotidiano administrativo de

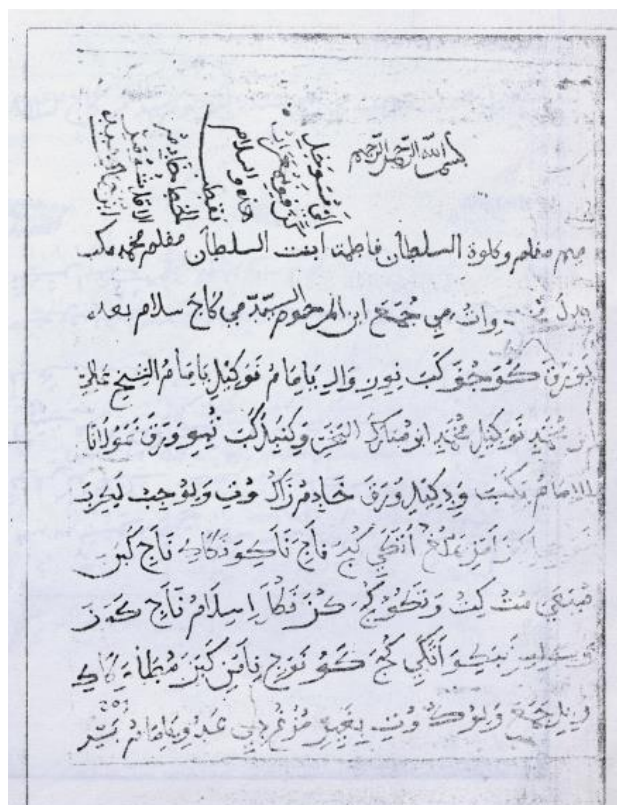
regiões costeiras como Pemba, Ibo e Tungue, as quais se encontravam sob controle tênue, instável ou mesmo inexistente por parte das autoridades portuguesas (MEDEIROS, 1997, p. 58–61; MATTOS, 2014; MUTIUA, 2014; WISSENBACH, 2024, p. 269–273).

O primeiro dicionário completo da língua suaíli foi preparado a partir dos escritos de dois missionários alemães, Johann Ludwig Krapf e Johannes Rebmann, e publicado de maneira póstuma em Londres apenas no início da década de 1880 (KRAPF, 1882). Por outro lado, é sabido que manuais, traduções de evangelhos específicos e compilações abreviadas de vocabulário e gramática suaílis já haviam sido preparados por missionários europeus atuantes a partir de Mombaça e Zanzibar desde a década de 1840. E em que pesem as diferenças lexicais e variações linguísticas relevantes existentes entre as várias regiões da costa oriental da África onde a língua suaíli era de uso corrente, a interveniência europeia, de um lado, e o prestígio e influência exercidos ao longo de décadas pelo sultanato omani na ilha de Zanzibar foram ambos decisivos na definição da variante de Zanzibar como base para a padronização e latinização da língua suaíli (STEERE, 1870b, 1878, 1880; CHESWORTH, 2008; BASTOS, 2018a, p. 107–117). Mais recentemente, se destacou também que a atuação de africanos libertos que ingressaram nas atividades missionárias cristãs conduzidas a partir de Zanzibar também foi importante na consolidação do *Kiunguja* como língua-base para a formulação do suaíli padrão [*kiswahili sanifu*] usado até os dias atuais (ROBINSON, 2018; LIEBST, 2021).

Antes de tratarmos da origem cronológica dos primeiros documentos escritos em suaíli já descobertos, é preciso atentar à maneira pela qual a historiografia tem conceituado a adaptação da grafia árabe para representar, por escrito, diversas línguas africanas. Trata-se de um fenômeno conhecido por literacia *ajami*, palavra oriunda do árabe para “estranho” ou “não-familiar”, que trata da maneira pela qual várias sociedades africanas, que se mantiveram em



profundo contato com o islã, passaram a produzir seus próprios documentos escritos em línguas tais como o canúri, hauçá, uólofe, iorubá, e o próprio idioma suaíli utilizando adaptações da grafia árabe. Porém, parte substancial dos primeiros manuscritos suaílis representavam vocábulos bantus sem realizar quaisquer adaptações na grafia árabe, não se tratando, portanto, de textos *ajami* propriamente ditos (MUGANE, 2017). De qualquer forma, deve-se considerar que os escritos suaílis anteriores à latinização promovida pela colonização europeia empregaram a grafia árabe e, por sua vez, estiveram profundamente ligados a valores e referências culturais compartilhados pelo pertencimento à comunidade islâmica – de maneira análoga às fontes europeias congêneres produzidas com referência a um universo conceitual cristão (MUMIN, 2014, p. 49–50). A figura abaixo, extraída da coleção digital de manuscritos suaílis disponibilizados pela Faculdade de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres (SOAS, na sigla em inglês), é representativa de tais fontes.



**Imagem 01)** *Swahili Letters from Goa* (MS 380699). Disponível em:

<https://digital.soas.ac.uk/LSMD000381/00001>. Acesso em: 10/05/2025.

Não é possível precisar com exatidão cronológica o início da utilização da grafia árabe na produção de manuscritos em língua suaíli, ainda que a formação de assentamentos urbanos localizados na costa oriental africana pautados no intercâmbio cultural e em trocas comerciais com o mundo islâmico remonte ao século VIII d.C. (POUWELLS, 1987; VIERKE, 2014; MUGANE, 2017; ALPERS, 2021). Ao passo que a circulação de registros escritos em línguas como o árabe, o persa o guzerate entre tais assentamentos na África e outras localidades banhadas pelo Oceano Índico seja, portanto, bastante antiga, parte substancial dos primeiros escritos em língua suaíli datam do início do século XVIII e não foram encontrados na África, mas na Índia: tratam-se de cartas oriundas de Quíloa, situada na atual costa meridional República Unida da Tanzânia, que foram descobertas nos arquivos históricos de Goa (WHITELEY, 1969; OMAR & FRANKL, 1995). Também dessa década foram datados dois poemas épicos islâmicos traduzidos à língua suaíli, os chamados “Livro de Heráclio” [*Chuo cha Herkal*] e o “Poema de Tambuq” [*Utenzi wa Tambuka*] laudatórios às vitórias muçulmanas sobre forças bizantinas no século VII d.C., ambos atualmente sob a guarda da Universidade de Hamburgo e cujas digitalizações podem ser consultadas no supracitado repositório da SOAS (GERHARDT, 2005, p. 4; MAZRUI & NJOGU, 2023, p. 19).

A procedência arquivística, ou melhor, a atual localização desses primeiros manuscritos é de suma importância. Primeiro, a descoberta das missivas suaílis setecentistas em arquivos indianos é elucidativa da grandeza das relações socioculturais e comerciais estabelecidas entre a costa ocidental da Índia e a África Oriental, relações que, por sua vez, consubstanciaram as sociedades suaílis enquanto centros de expressão cultural islâmica e

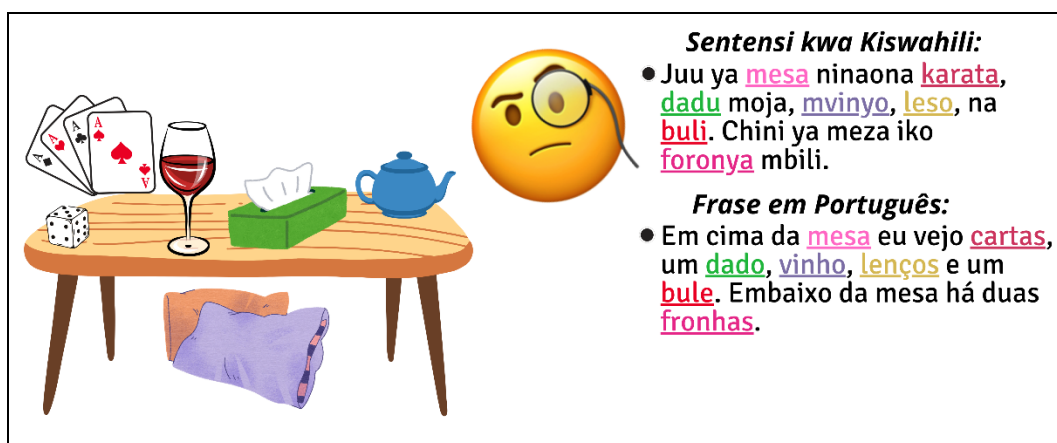
cosmopolitismo índico (LAVIOLETTE, 2008; LOIMEIER, 2012). E segundo, os reflexos da atuação pioneira de missionários e, posteriormente, linguistas e administradores coloniais alemães na coleta de fontes etnográficas e históricas sobre as sociedades suaílis desde a segunda metade do século XIX, aspecto que será retomado na próxima seção para tratar da materialidade de uma das fontes em prosa suaíli discutidas a seguir.

Por ora, é importante ter clareza de que o conhecimento extensivo da língua árabe e a consequente capacidade de escrever em suaíli – quer no alfabeto árabe ou *ajami* – era, via de regra, uma competência quase exclusiva das elites ou de funcionários a seu dispor nas cidades suaílis, bem como nos assentamentos árabo-suaílis do interior do continente já nas últimas décadas do século XIX (DAMMANN, 1993, p. 15; ROY, 2013, p. 140). Isso não significa dizer, por óbvio, que a língua suaíli em si estivesse restrita aos estratos mais abastados das sociedades africanas costeiras, nem tampouco que mulheres não tenham tido voz ativa no compartilhamento de saberes na África Oriental no período pré-colonial (KATTO, 2023). Significa dizer que as fontes escritas foram produzidas predominantemente por homens pertencentes a esses estratos, à exceção de um célebre poema escrito por uma mulher chamada Mwana Kuponu binti Mshamu em meados do século XIX (MUGANE, 2017, p. 198).

Convém assinalar, por fim, que as lutas anticoloniais e os movimentos políticos nacionalistas africanos, sobretudo na atual Tanzânia, atribuíram à língua suaíli um papel central na construção da identidade nacional africana pós-colonial (MULOKOZI, 2000; BLOMMAERT, 2014; BASTOS, 2018a, p. 107–126). Nesse sentido, pouco após as independências, centros universitários na África Oriental abrigaram núcleos de investigação e ensino de letras em suaíli, dentre os quais se destaca o “Instituto de Pesquisa da Língua Suaíli” [*Taasisi ya Uchunguzi wa Kiswahili*, TUKI], atualmente chamado de “Instituto de Estudos da Língua Suaíli” [*Taasisi ya Taaluma za Kiswahili*, TATAKI] sediado na

Universidade de Dar es Salaam.

Diante desse panorama sinóptico acerca da complexidade sociolinguística e cultural que perpassou a história das sociedades litorâneas da África Oriental, passemos à tarefa de indicar caminhos potencialmente proveitosos para abordá-la em sala de aula. A imagem abaixo foi preparada para a execução de uma atividade de extensão universitária aplicado no Colégio Estadual Arnaldo Busato, na cidade de Coronel Vivida, no sudoeste do Paraná, como parte integrante da disciplina de História da África do segundo ano do curso de licenciatura em História. A proposta pedagógica dessa atividade, por sua vez, envolvia a apreciação dos entrelaçamentos linguísticos do Brasil com a África junto a estudantes de ensino médio do referido colégio. Por intermédio da plataforma de arte digital Canva, o docente e os discentes da disciplina de História da África compuseram a seguinte imagem acompanhada de duas descrições, uma em suaíli e outra em português, para discussão com turmas integrantes do ensino médio:



**Imagem 02)** *Estrangeirismos lusófonos no suaíli.* Fonte: elaboração própria.

Esta imagem, por sua vez, compunha um painel mais amplo com informações sobre a interpenetração linguística ocorrida no léxico do português brasileiro, de um lado, e da presença da língua portuguesa em línguas

africanas, de outro. A semelhança entre ambas as frases descritivas da imagem, marcada pela origem portuguesa de palavras como “cartas” [*karata*], “fronhas” [*foronya*] e “vinho” [*mvinyo*] e de mais de outras cem palavras no suaíli contemporâneo (MUGANE, 2015, p. 53), foi usada para cativar o interesse da comunidade escolar envolvida no projeto extensionista em questão, o qual foi concebido com o objetivo de ampliar as oportunidades de troca e consolidação de conhecimentos acerca da história da África tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico.

Para os propósitos desse artigo, convém assinalar como tais estrangeirismos de origem lusófona no suaíli podem ser efetivamente utilizados em espaços escolares, em particular a vetustez do próprio radical nominal em suaíli usado para designar o campo semântico relativo à Portugal [*Ureno*], incluindo o gentílico “português/portuguesa” [sing. *mreno*, pl. *wareno*] e a própria língua portuguesa [*kireno*]. Em oposição a campos semânticos análogos atribuíveis à Inglaterra [*Uingereza/mwingereza/kiingereza*], França [*Ufaransa/mfaransa/kifaransa*] e Turquia [*Uturuki/mturuki/kituruki*], por exemplo, os termos empregados para “Portugal” não remetem ao nome próprio do país, mas ao *reino* de Portugal – daí a origem do respectivo radical nominal [*-reno*] em suaíli (MUGANE, 2015, p. 81–97). Tais conexões históricas podem, portanto, ser empregadas em sala de aula para assinalar a antiguidade das relações entre sociedades africanas e o mundo atlântico no qual surgiu a sociedade brasileira, e suscitar a curiosidade da comunidade escolar sobre a história do lado africano de tais relações.

### **Prosa em suaíli como fontes para estudantes de graduação em História: os textos “Conto Indiano” (1870) e “A Senhora Livre e a Senhora Escrava” (1907)**

Nesta seção apresento dois contos suaílis registrados por europeus na

grafia latinizada para indicar a potencialidade de fontes relativas ao período pré-colonial da África Oriental na abordagem de um universo conceitual fundamental ao ensino de História da África a nível de graduação universitária: os debates historiográficos que orbitam a chamada “tese da transformação” da escravidão na África (LOVEJOY *et al.*, 1979; MANNING, 1983; LOVEJOY, 2002; GREEN, 2019).

No que se refere à África Oriental, a intensificação do apresamento, comércio e emprego de africanos escravizados transformou sobremaneira a própria “tessitura social das cidades suaílis” (BASTOS, 2022, p. 58). O crescimento demográfico dos assentamentos costeiros nos atuais Quênia e Tanzânia proporcionado pela criação de plantações chefiadas predominantemente por patrícios [*waungwana*, lit. “homens livres/cavalheiros”] suaílis e árabes foi marcado pela agudização da desigualdade social e de conflitos entre a classe de proprietários de pessoas escravizadas, algumas das quais recém-chegadas do interior do continente – pejorativamente chamados de *watumwa wajinga*, lit. “escravizados boçais/imbecis” em suaíli – e escravizados e libertos muçulmanos radicados há mais tempo na costa suaíli (CAPLAN, 1975; COOPER, 1980; CURTIN, 1983; POUEWELLS, 1987; SHERIFF, 1987; GLASSMAN, 1995).

Nesse sentido, não deve soar surpreendente que fontes escritas em suaíli latinizado coletadas entre 1870 e 1900 façam referência explícita às distinções existentes e em crescente contestação entre escravizados, libertos e proprietários de escravizados. Passemos ao primeiro exemplo, disponível na coletânea de provérbios e contos suaílis transmitidos oralmente e coletados pelo missionário Edward Steere, um dos clérigos à frente da organização missionária britânica intitulada “Missão das Universidades para a África Central” (na sigla em inglês, UMCA) atuante em Zanzibar desde 1864 (MULOKOZI, 1999, p. 22; FOLADOR, 2024, p. 54). Intitulada “Contos suaílis tal como contados pelos



nativos de Zanzibar” e publicada em 1870, a coletânea de Steere contém diversos textos em suaíli latinizado acompanhados de uma tradução à língua inglesa. Para análise neste artigo, selecionei a um relato em prosa chamado “Conto Indiano” [*Kisa cha Kihindi*], a qual foi transmitida a Steere por um homem chamado Khamis bin Abubekr, também conhecido por Hamisi wa Kayi (STEERE, 1870b, p. 139–147).

O conto relata a história de um “sultão indiano” [*Sultani wa Kihindi*] que, em seu leito de morte, instruiu seus conselheiros [*waziri*] a entregarem o domínio do sultanato a seu único filho. Em dado momento, o filho tornado sultão e o filho de um de seus conselheiros de quem era muito próximo empreenderam juntos uma viagem marítima com numerosas provisões, soldados e pessoas escravizadas para conhecerem várias “cidades” [*miji*]. Porém, a embarcação naufragou, tendo sido o amigo do jovem sultão devorado por um tubarão e todas as riquezas se perdido ao mar. Os únicos dois sobreviventes do naufrágio foram o jovem sultão e um de seus escravizados, que emergiram do mar revolto nas imediações de uma cidade. Instruído por seu proprietário a adentrar a cidade em busca de comida e água, o escravizado se tornou, por uma repentina ironia do destino descrita no conto, o sultão dessa própria cidade (STEERE, 1870a, p. 140–143).

Enquanto a população e a corte da cidade festejavam a escolha do novo sultão, o náufrago proprietário do escravo decide entrar na cidade, mas é apreendido por um açougueiro que, a cada dia e sem o conhecimento dos demais habitantes da cidade, misturava à carne de um bode abatido a carne de uma pessoa assassinada que ele secretamente mantinha em cativeiro junto aos bodes. Preso e emaciado, o sultão náufrago pediu a um escravizado do açougueiro que lhe trouxesse um pedaço de tecido e linhas para costurar um “belo cofió” [*kofia mzuri*], no interior do qual ele coseu um poema em árabe e o deu ao açougueiro, sugerindo-lhe que vendesse o cofió no palácio do sultão da

cidade.

O cofió trouxe uma reviravolta no infortúnio do naufrago, uma vez que seu escravo, que havia se tornado o sultão da cidade, reconheceu prontamente que apenas seu mestre poderia tê-lo produzido daquela maneira. Suspeitoso, o sultão mandou seus soldados seguirem o açougueiro até sua casa para prendê-lo e trazer ao palácio todas as pessoas que lá estivessem. A descoberta das práticas do açougueiro levou-lhe a ser condenado à morte por afogamento, enquanto o sultão disse a seu dono resgatado: “sou sultão aqui nesta cidade, mas amanhã abdicarei e lhe darei o trono, meu amo. Não ousa ser sultão perante vós”(STEERE, 1870b, p. 145–147). O final do conto narra a alegria do povo da cidade, que viveu “em regozijo e conforto” [*raha mustarehe*] para sempre, após lhes ser explicado que a transferência do trono se daria, pelo comando de deus [*amri ya Muungu*], para aquele que era o “proprietário legítimo” do escravizado que havia se tornado sultão.

Dentre os vários aspectos que podem ser discutidos em sala de aula nessa fonte, disponível gratuitamente num repositório digital de obras em domínio público,<sup>4</sup> pode-se destacar a maneira pela qual o arco narrativo é eminentemente conservador e laudatório à rigidez hierárquica inerente a uma sociedade escravocrata. Isto é, não obstante o naufrágio catastrófico e o apresamento de um governante proprietário de escravizados por um açougueiro vil, o escravo desse governante – que havia se tornado sultão ao ser atingido três vezes consecutivas na cabeça por um limão arremessado numa esdrúxula tentativa de se escolher alguém para assumir o trono vago da cidade – se reconhece indigno de exercer o domínio sobre seu mestre “legítimo”, passando-lhe prontamente o poder e retornando à condição subalterna de escravizado assim que seu amo é libertado por ele próprio.

---

<sup>4</sup> A obra pode ser visualizada e baixada em diversos formatos pelo seguinte link: <https://archive.org/details/swahilitalesasto00stee>. Acesso em 11/05/2025.



Ao passo que a tradução inglesa feita por Steere ao relato original em suaíli de Khamis bin Abubekr é, em linhas gerais, adequada, sua tradução do termo usado recorrentemente no conto para descrever o açougueiro, de *bedui* em suaíli para o termo em inglês equivalente a “beduíno” [*Bedouin*], é bastante problemática (STEERE, 1870a, p. 143). Em suaíli, a palavra *bedui* é polissêmica e denota significados que vão além da definição estrita de “beduíno” para as características negativas de “impiedoso(a)” ou “desumano(a)”, com o substantivo abstrato correspondente a *ubedui* definível pela palavra “barbaridade” – bem como “nomadismo” e “errância” (TAASISI YA TAALUMA ZA KISWAHILI, 2014, p. 496). Diferentemente da fonte descrita a seguir, a coletânea de Steere não possui notas explicativas sobre a tradução de termos polissêmicos.

Argumento que ao descrever insistentemente o açougueiro assassino como *bedui* ao longo da narrativa, o conto em questão buscava demarcar a vileza e desumanidade [*ubedui*] de um sujeito bárbaro, ou, numa acepção metafórica, um nômade ou sujeito errante que não perfilhava dos valores (islâmicos) cultivados pelos habitantes propriamente enraizados na costa suaíli – alijamento particularmente marcado com o manuseio grotesco de carne *haram*, o que, por sua vez, era um elemento contencioso nas relações históricas entre africanos islâmicos e não-muçulmanos na África Oriental (BASTOS, 2021, p. 84).

Essa interpretação encontra respaldo também na incapacidade do açougueiro em ler o verso árabe bordado no interior do cofió confeccionado pelo sultão aprisionado. No livro de Steere, esse verso é narrado em duas ocasiões: na primeira, por uma transliteração da escrita em árabe, e na segunda, com o “seu significado” [*maana yake*] em suaíli. Transcrevo ambas a seguir, acompanhadas de uma tradução para o português:

Ajabtu rangadida na kitun hiraja Illahi

Eke kordenai, eke kordeshire,  
Raja bondekana, gulam batashahi;  
Ajabtu rangadida, kitun hiraja Illahi.  
[...]  
Ajabu ya Muungu,  
Mmoja ametwaliwa na maji,  
Mmoja ametwaliwa na papa,  
Mngwana [sic] nimefungwa,  
Mtumwa wangu amepata usultani,  
Ajabu ya Muungu. (STEERE, 1870b, p. 142–144).  
Ó maravilha de Deus,  
Um foi tomado pela água,  
Um foi tomado pelo tubarão,  
Eu, um homem livre [*Mngwana*], estou preso,  
Meu escravo tem um sultanato,  
Ó maravilha de Deus.

Como indicado pelo próprio Edward Steere na introdução da coletânea que contém o “Conto Indiano”, a confecção de cofiós – um tipo de chapéu amplamente usado homens muçulmanos na costa suaíli – era uma ocupação comum dentre homens “das classes mais pobres” em Zanzibar (STEERE, 1870b, p. x), referência que pode ter transmitido aos interlocutores da história uma reviravolta particularmente acentuada em relação ao status pregresso do proprietário de escravizados que foi aprisionado pelo bárbaro açougueiro. Por sua vez, o emprego da palavra “livre” [*Mngwana*] no verso denota mais que o status de não-escravizado, isto é, indica sobretudo o pertencimento à referida civilização islâmica costeira [*uungwana*]. Portanto, se tomarmos o termo *bedui* por significar “bárbaro” ou substantivos depreciativos correlatos, o conto pode ser interpretado também como alusão à desconfiança e inferiorização imputados às pessoas tidas por não plenamente integradas à civilização litorânea pelo patriciado suaíli.

Tomados em conjunto, os elementos narrativos do conto, com o justicamento de um bárbaro e inescrupuloso – quiçá um feiticeiro<sup>5</sup> – vendedor

---

<sup>5</sup> Estudos como os de Luise White destacaram a importância de relatos acerca do consumo

de carne humana, somado à redenção de um escravocrata paradoxalmente libertado e tornado sultão por seu próprio escravo, podem ser vistos como um exemplo eloquente de um contexto social marcado por embates sociais umbilicalmente ligados ao robustecimento da escravatura na África Oriental nas décadas que antecederam a colonização efetiva da região.

Passemos, por fim, à segunda fonte redigida em suaíli latinizado e proveniente da África Oriental. Trata-se de um conto intitulado “A Senhora Livre e a Senhora Escrava” [*bibi mungwana na bibi mtumwa*] coletado pelo linguista alemão Carl Velten no final do século XIX, à época encarregado da realização de pesquisas e do ensino da língua suaíli no âmbito do colonialismo germânico então vigente na atual Tanzânia continental. Publicada em 1898, a coletânea de Velten chamada “Contos e Estórias dos Suaílis” [*Märchen und Erzählungen der Suaheli*] fez referência direta ao trabalho de Edward Steere de 1870 enquanto uma das poucas coleções de “textos suaílis diretamente coletados da boca do povo” de grande relevância científica, acrescentando que, à diferença da maioria das coletâneas até então existentes, seu novo livro trazia relatos suaílis colhidos fora da ilha de Zanzibar (VELTEN, 1898, p. ix). O conto em questão lhe havia sido relatado por um homem chamado Abdallah bin Musa, que estava “há muitos anos a serviço dos alemães” (VELTEN, 1898, p. xiii).

Dada a pequena extensão do conto e de sua indisponibilidade senão nas línguas suaíli e alemão, optei por reproduzi-lo a seguir na íntegra e traduzido à língua portuguesa:

---

ou utilização de fluídos e partes corporais humanas na compreensão de acusações de feitiçaria na África colonial (WHITE, 2000). É plausível supor que a prática do referido *bedui* em abater humanos cativos e manusear sua carne com uma finalidade econômica tenha sido compreendida com base em idiomas semelhantes de poder e ocultismo, mas esta é uma hipótese que excede o âmbito argumentativo deste artigo.

Havia um homem que tinha uma esposa e uma criada [*mjakazi*]. A esposa lhe deu filhos; a criada também lhe deu filhos. E seus rostos eram iguais. Além disso, a criada e a esposa tinham a mesma aparência. Depois, o homem morreu, e seus herdeiros queriam herdar os filhos da escrava. Eles agarraram a mãe [dos escravos], a criada, e disseram: “Você ainda é uma escrava [*uko katika utumwa*, lit. “você está em escravidão”]; você teve filhos com nosso pai, mas ainda não foi libertada [*hakufanyiza mungwana*].” E a criada lhes disse: “Eu sou sua senhora, não sou escrava, a escrava é esta outra.” Houve então uma grande disputa judicial; todos foram levados diante do tribunal [*maqadi*]. Quando chegaram lá, nenhum dos juízes sabia quem era a criada e quem era a senhora, porque a aparência delas era igual. No final, um ancião [*mzee*] dentre os juízes propôs uma solução. A criada e seus filhos foram colocados em uma sala escura, e a senhora e seus filhos foram colocados da mesma forma em outra sala escura, e em cada sala havia comida. A criada e seus filhos sentiram fome e comeram no escuro. Os filhos da senhora [*wangwana*] também sentiram fome, mas bateram na porta pedindo um candieiro [*taa*, lit. “luz”] para poderem comer. Mais tarde, as duas salas foram abertas. Encontraram a criada e seus filhos já alimentados, e a senhora e seus filhos ainda não tinham comido. O ancião então disse: “É verdade, aqueles são de fato os escravos” (MUSA, 1898).

Esse breve conto relatado por Abdallah bin Musa é relevante por indicar como, num período histórico marcado por significativas transformações e tensionamentos nas relações entre escravizados, proprietários de escravos e seus herdeiros ao longo de toda a costa suaíli em finais dos oitocentos (MCMAHON, 2013), à escravidão e à condição escrava corresponderiam características indelévels supostamente incompatíveis com a superioridade da condição livre e iluminada [*uungwana*] da nobreza suaíli [*waungwana*]. Desta forma, para distinguir os filhos da escravizada [*mtumwa*] da senhora livre [*mungwana*], bastou submetê-los a um teste de sua civilidade [*uungwana*]: encarcerados no escuro, os filhos da mulher livre teriam se recusado a comer no breu, circunstância que lhes impediria de manter bons modos à mesa e observar regras de etiqueta islâmica como, possivelmente, alimentar-se apenas com a

mão direita; enquanto isso, os filhos da mulher escravizada não teriam se sentido constrangidos por tais considerações. O conto, portanto, remete a tentativas de demarcar o distanciamento entre escravizados e libertos dos gentis-homens suaílis em decorrência de uma suposta degenerescência moral tida por inerente à condição escrava e vista como mácula permanente da trajetória social de sujeitos africanos por ela acometida, independentemente das profundas transformações em curso e posteriormente aprofundados pela chegada da colonização europeia na África Oriental. Alternativamente, também se pode aventar a hipótese de que o conto relatado por Abdallah bin Musa fosse interpretado por interlocutores falantes de suaíli de maneira diversa, isto é, de forma crítica à interpretação do juiz ancião em correlacionar a autonomia decisória dos filhos da mulher escravizada com uma insolência a determinadas práticas culturais cuja observância deveria ser inegociável.<sup>6</sup>

De todo modo, é importante considerar que diversos africanos letrados que estiveram a serviço das investigações de cientistas alemães como Carl Velten provinham de classes abastadas, sendo, portanto, plausível que o conto tenha de fato circulado com conotações conservadoras. Tal era o caso de outro informante suaíli de Velten, Rashid bin Mohamed Elbarwani (ou Muhammed al-Barwani), cujos relatos prestados a Velten eram abertamente laudatórios à colonização alemã; cuja família estava ativamente envolvida no comércio de escravizados em Zanzibar; e cujos descendentes, até pelo menos a década passada, constavam como proprietários de vastos coqueirais nas redondezas de Lindi, no litoral sul da Tanzânia (VELTEN, 1907, p. 277; BECKER, 2013, p. 71).

### Considerações finais

---

<sup>6</sup> Sou grato à leitura atenta de um dos pareceristas anônimos por compartilhar suas impressões acerca deste conto coletado por Carl Velten e sugerir uma ampliação dos caminhos interpretativos possíveis sobre a fonte.

O propósito deste artigo foi demonstrar como contos suaílis redigidos em grafia latinizada, bem como a presença de estrangeirismos lusófonos na língua suaíli contemporânea que remontam aos primeiros contatos entre portugueses e povos suaílis, podem ser ambos empregados por professores e professoras de história em sua atuação docente para tratar da história da África pré-colonial. Após delinear os principais contornos históricos e sociolinguísticos relativos à formação das comunidades suaílis na África índica e à expansão continental da língua suaíli, indiquei como tais ferramentas didáticas são úteis para indicar das interconexões traçadas entre os mundos atlântico e índico no período anterior à colonização da África. Na sequência, a contextualização e análise dos contos de Khamis bin Abubekr e Abdallah bin Musa, respectivamente coletados e latinizados por Edward Steere (1870) e Carl Velten (1898), serviram ao propósito de compreender os impactos sociais e culturais das profundas transformações pelas quais as comunidades africanas do litoral índico passaram ao longo dos oitocentos, num período marcado pela intensificação do apresamento e utilização de escravizados no próprio continente africano e alhures.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, J. de V. **Swahili Culture Reconsidered: Some Historical Implications of the Material Culture of the Northern Kenya Coast in the Eighteenth and Nineteenth Centuries**. Azania: Archaeological Research in Africa, v. 9, n. 1, p. 105–138, 1974.

ALPERS, Edward A. **The Indian Ocean in World History**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

\_\_\_\_\_. **A África e o Oceano Índico**. Em: REGINALDO, Lucilene;

FERREIRA, Roquinaldo. *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. p. 47–72.

BASTOS, Felipe Barradas Correia Castro. **Políticas de língua e movimentos nacionalistas: campos de interação histórica entre Tanzânia e Moçambique (1961-1969)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Línguas africanas e a pesquisa em História da África a partir do Brasil: um desafio em aberto**. Revista de História da UEG, v. 7, n. 1, p. 187–206, 2018b.

\_\_\_\_\_. **Dominação e Denominação: o Etnônimo Pejorativo “Mawia” e os Macondes de Moçambique no Tanganyika Colonial**. Revista TransVersos, n. 22, p. 78–99, 2021.

\_\_\_\_\_. **“A fonte dos Wamakonde”: migração laboral, associativismo e anticolonialismo na indústria sisaleira do Tanganyika (1880-1960)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

BECKER, Felicitas. **Common Themes, Individual Voices: Memories of Slavery around a Former Slave Plantation in Mingoyo, Tanzania**. Em: BELLAGAMBA, Alice; KLEIN, Martin A.; GREENE, Sandra E. (ed.). *African Voices on Slavery and the Slave Trade: Volume 1: The Sources*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. v. 1, p. 71–87.

BLOMMAERT, Jan. **State Ideology and Language in Tanzania**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

CAPLAN, Ann Patricia. **Choice and Constraint in a Swahili Community: Property, Hierarchy, and Cognatic Descent on the East African Coast**. Oxford: Oxford University Press, 1975.

CHESWORTH, John Anthony. **The use of scripture in Swahili tracts by Muslims and Christians in East Africa**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Birmingham, Birmingham, Reino Unido, 2008.

COOPER, Frederick. **From Slaves to Squatters: Plantation Labor and Agriculture in Zanzibar and Coastal Kenya, 1890 - 1925**. New Haven/London: Yale University Press, 1980.

CURTIN, Patricia Romero. **Laboratory for the Oral History of Slavery: The**



**Island of Lamu on the Kenya Coast.** *The American Historical Review*, v. 88, n. 4, p. 858–882, 1983.

DAMMANN, Ernst. **Handschriften in Swahili und anderen Sprachen Afrikas.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1993.

FABIAN, Johannes. **Language and Colonial Power: the appropriation of Swahili in the former Belgian Congo, 1880-1938.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FOLADOR, Thiago de Araujo. **Apoie uma criança: os usos da infância na Missão das Universidades para a África Central (1864-1908).** 2024. 220 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

GERHARDT, Ludwig. **Swahili: eine Sprache, zwei Schriften.** University of Leipzig Papers on Africa, n. 26, p. 1–16, 2005.

GLASSMAN, Jonathon. **Feasts and Riot: Revelry, Rebellion, and Popular Consciousness on the Swahili Coast, 1856-1888.** Londres: James Currey, 1995.

GREEN, Toby. **A Fistful of Shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of revolution.** Londres: Penguin Books, 2019.

HAAS, Michiel de; FRANKEMA, Ewout. **The age of intra-African migration: a synthesis.** Em: HAAS, Michiel de; FRANKEMA, Ewout (ed.). *Migration in Africa: Shifting Patterns of Mobility from the 19th to the 21st Century.* Londres: Routledge, 2022. p. 3–34.

IBN-BATṬŪṬA, Muḥammad Ibn-‘Abdallāh; ELGER, Ralf (ed.). **Die Wunder des Morgenlandes: Reisen durch Afrika und Asien.** Munique: C.H.Beck, 2010.

KATTO, Jonna. **“The rainha is the boss!”: On Masculinities, Time and Precolonial Women of Authority in Northern Mozambique.** *Gender & History*, v. 35, n. 2, p. 429–451, 2023.

KRAPF, Johann Ludwig. **A Dictionary of the Suahili Language.** Londres: Trübner and Co., 1882.

KRESSE, Kai; VIERKE, Clarissa. **Swahili language and literature as resources for Indian Ocean studies.** *History Compass*, v. 20, n. 7, p. e12725, 2022.

LAVIOLETTE, Adria. **Swahili Cosmopolitanism in Africa and the Indian Ocean World, A.D. 600–1500.** *Archaeologies*, v. 4, n. 1, p. 24–49, 2008.



LIEBST, Michelle. **Labour and Christianity in the Mission: African Workers in Tanganyika and Zanzibar, 1864-1926**. Oxford: James Currey, 2021.

LOIMEIER, Roman. **Eine Zeitlandschaft in der Globalisierung: Das islamische Sansibar im 19. und 20. Jahrhundert**. Bielefeld: transcript Verlag, 2012.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Tradução: Regina A. R. Bhering, Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOVEJOY, Paul; KOPYTOFF, Igor; COOPER, Frederick. **Indigenous African Slavery [with Commentary]**. Historical Reflections / Réflexions Historiques, v. 6, n. 1, p. 19–83, 1979.

LUFFIN, Xavier. **Arabic and Swahili Documents from the Pre-Colonial Congo and the EIC (Congo Free State, 1885–1908): Who were the Scribes?** Em: BRIGAGLIA, Andrea; NOBILI, Mauro (ed.). The Arts and Crafts of Literacy. De Gruyter, 2017. p. 279–296.

MANNING, Patrick. **Contours of Slavery and Social Change in Africa**. The American Historical Review, v. 88, n. 4, p. 835–857, 1983.

MATTOS, Regiane Augusto de. **A dinâmica das relações no norte de Moçambique no final do século XIX e início do século XX**. Revista de História, n. 171, p. 383–419, 2014.

MAZRUI, Alamin. **Geographic and Demographic Spread of Swahili**. Em: ESCOBAR, Anna María; MUFWENE, Salikoko S. (Orgs.). The Cambridge Handbook of Language Contact: Volume 1: Population Movement and Language Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022, p. 358–381.

MAZRUI, Alamin; NJOGU, Kimani. **Swahili in Spaces of War: A Sociolinguistic Odyssey**. Palgrave Macmillan, 2023.

MCMAHON, Elisabeth. **Slave Wills along the Swahili Coast**. Em: BELLAGAMBA, Alice; GREENE, Sandra E.; KLEIN, Martin A. (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 511–518.

MEDEIROS, Eduardo. **História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836-1929)**. Maputo: Central Impressora, 1997.

MUGANE, John M. **The Story of Swahili**. Athens: Ohio University Press, 2015.  
\_\_\_\_\_. The Odyssey of 'Ajami and the Swahili People. **Islamic Africa**, v. 8, n. 1–2, p. 193–216, 2017.

MULOKOZI, Mugyabuso M. **Study Report on the Common Oral Traditions of Southern Africa: A Survey of Tanzanian Oral Traditions**. Dar es Salaam: Institute of Kiswahili Research, 1999.

\_\_\_\_\_. **Kiswahili as a National and International Language**. Dar es Salaam: Institute of Kiswahili Research, 2000.

MUMIN, Meikal. **The Arabic script in Africa: understudied literacy**. Em: MUMIN, Meikal; VERSTEEGH, Kees (ed.). **The Arabic Script in Africa**. Leiden e Boston: Brill, 2014. p. 41–76.

MUSA, Abdallah bin. **Bibi mungwana na bibi mtumwa**. Em: VELTEN, Carl. **Märchen und Erzählungen der Suaheli**. Stuttgart & Berlim: W. Spemann, 1898. p. 33–34.

MUTIUA, Chapane. **Ajami Literacy, class, and Portuguese pre-colonial administration in Northern Mozambique**. 2014. 247 p. Dissertação (Mestrado em História) – University of Cape Town, Cidade do Cabo, 2014.

OMAR, Yahya Ali; FRANKL, L. **A 12th/18th century Swahili letter from Kilwa Kisiwani (being a study of one folio from the Goa Archives)**. *Afrika und Übersee*, v. 77, n. 2, p. 263–272, 1995.

PAWLOWICZ, Matthew; LAVIOLETTE, Adria. **Swahili Historical Chronicles from an Archaeological Perspective: Bridging History and Archaeology, and Coast and Hinterland, in Southern Tanzania**. Em: SCHMIDT, P.; MROZOWSKI, S. (ed.). **The Death of Prehistory**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 117–140.

POUWELLS, Randall L. **Horn and Crescent: Cultural change and traditional Islam on the East African coast, 800-1900**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **Swahili literature and history in the post-structuralist era**. *The International Journal of African Historical Studies*, v. 25, n. 2, p. 261–283, 1992.

ROBINSON, Morgan. **An Uncommon Standard: A Social and Intellectual History of Swahili, 1864-1925**. 2018. 346 p. Tese (Doutorado em História) – Princeton University, Princeton, 2018.

ROY, Mathieu. **Mathias E. Mnyampala (1917-1969): Poésie d'Expression Swahilie et Construction Nationale Tanzanienne**. 2013. Tese (Doutorado em Estudos Africanos) – Institut National des Langues et Civilisations Orientales, Paris, 2013.

SHERIFF, Abdul. **Slaves, Spices and Ivory in Zanzibar: Integration of an East African Commercial Empire into the World Economy, 1770-1873**. Londres: James Currey, 1987.

STEERE, Edward. **Swahili tales, as told by natives of Zanzibar**. Londres: Bell & Daldy, 1870a. 532 p.

\_\_\_\_\_. **A Handbook of the Swahili Language, as Spoken at Zanzibar**. Londres: Bell & Daldy, 1870b.

\_\_\_\_\_. **Sarufi ya Kiswahili**. Zanzibar: Universities' Mission Press, 1878.

\_\_\_\_\_. **Chuo cha Kuendeleza Maneno**. Zanzibar: Universities' Mission Press, 1880.

TAASISI YA TAALUMA ZA KISWAHILI. **Kamusi ya Kiswahili - Kiingereza**. Dar es Salaam: Chuo Kikuu cha Dar es Salaam, 2014.

VELTEN, Carl. **Märchen und Erzählungen der Suaheli**. Stuttgart & Berlin: W. Spemann, 1898.

\_\_\_\_\_. **Prosa und Poesie der Suaheli**. Berlin: C. Velten, im Selbstverlag des Verfassers, 1907.

VIERKE, Clarissa. **Akhi patia kalamu: Writing Swahili poetry in Arabic script**. Em: MUMIN, Meikal; VERSTEEGH, Kees (ed.). *The Arabic Script in Africa*. Leiden e Boston: Brill, 2014. p. 319–339.

WHITE, Luise. **Speaking with Vampires: Rumor and History in Colonial Africa**. Berkeley: University of California Press, 2000.

WHITELEY, Wilfred Howel. **Swahili: The Rise of a National Language**. Londres: Methuen, 1969.

WISSENBAACH, Cristina. **Conectando Sertões e Oceanos: Trânsitos Intracontinentais, Vulnerabilidade Social e Centros de Poder na África Central (segunda metade do século XIX, com especial referência ao Katanga)**.

Em: REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo. *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. p. 141–180.

\_\_\_\_\_. **Inflexões índicas na diáspora atlântica e nas dinâmicas do trato de seres humanos na África Centro-Oriental, ao longo do século XIX**. *Afro-Ásia*, n. 70, p. 245–291, 2024. DOI 10.9771/aa.v0i70.62788.